

Aumentar a taxa Selic é provocar a dominância fiscal



» ODILON GUEDES
Economista, mestre em economia PUC/SP, professor universitário e presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo

Os argumentos para as constantes elevações da taxa básica de juros (Selic) por parte do Banco Central perdem consistência quando fazemos uma análise mais profunda das consequências das decisões do Copom nos fundamentos econômicos. Hoje, temos um juro de 13,25% ao ano no Brasil, a segunda maior taxa do mundo, abaixo somente da Argentina. Mas esse patamar é realmente necessário? Não, não é!

Na última ata, o Copom destaca que o cenário de inflação de curto prazo segue adverso. E cita os preços de alimentos, que se elevaram de forma significativa por conta da estiagem; os bens industrializados, por conta do câmbio e a inércia da inflação de serviços. Segundo o Copom, a análise de curto prazo, que, em se concretizando as projeções do cenário de referência, a inflação acumulada em 12 meses permanecerá acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta nos próximos seis meses consecutivos.

O primeiro argumento se desfaz rapidamente. Não é a taxa de juros que vai resolver a estiagem e baratear o preço dos alimentos. Neste caso, não

há o que fazer em termos de política monetária. É como tomar um remédio com efeitos colaterais que não vai combater a doença principal. Aliás, os preços dos produtos agropecuários estão caindo, conforme dados do IGP-M de 30/1 e o dólar está voltando ao seu novo normal abaixo dos R\$6,00.

A projeção para o IPCA de 2025, segundo o relatório Focus, é de 5,5% ao ano, o que significa um ponto percentual acima da meta, de 4,5% ao ano. Mas sabe-se que as projeções nem sempre se concretizam. Aliás, o mercado errou 95% das previsões sobre economia e Bolsa desde 2021.

Fato concreto é que o IPCA "estourou" o teto e encerrou 2024 em 4,83% ao ano. Mas o "estouro" de 0,33 p.p., quando colocado em números claros, se torna pífio. O 0,33 p.p. na média do conjunto de preços, significa um valor de R\$ 4,69 em relação ao salário-mínimo de 2024 (R\$ 1.412,00).

Para enfrentar essa insignificante perda de poder de compra, o Banco Central já aumentou a Selic em dois pontos percentuais e culpa a irresponsabilidade fiscal do governo. Ironia à parte, o próprio Bacen, com essa postura, está aprofundando o déficit fiscal do governo, e isso não é difícil de perceber.

O principal gasto orçamentário do governo federal no ano passado foi com os juros dessa dívida, cerca de R\$ 950,4 bilhões, ou 8,05% do PIB. Com o aumento previsto da Selic em 3 p.p (dois pontos nas últimas reuniões e um previsto para a próxima), os gastos com os juros da dívida pública aumentarão mais R\$ 150 bilhões e, em 2025, ficará acima de R\$ 1 trilhão. Algo inacreditável. Em

termos comparativos, o Programa Bolsa Família, que deve atender 20,9 milhões de famílias neste ano, deverá despendar cerca de R\$ 166,3 bilhões.

Pagar R\$ 1 trilhão de juros piora a situação fiscal, abala a confiança do investidor e pressiona para novos aumentos de juros, um efeito bola de neve.

Do lado da economia real, o efeito da taxa de juros é ainda mais nocivo. O acréscimo da Selic além de desestimular os investimentos nas mais diversas áreas, pode levar à contração do setor industrial que propicia grande quantidade de empregos, desenvolve tecnologia e paga os melhores salários do país. No longo prazo, o resultado é mais um empurrão na desindustrialização e para o aumento do custo da produção, que acaba sendo repassado aos preços. O resultado? Inflação futura. Tendências similares vemos no comércio e serviços.

Vivemos atualmente o velho dilema entre o remédio e o veneno. A Selic atual deixou de ser antídoto há alguns meses para se tornar mais nociva à economia brasileira. Além do impacto dos juros que ampliam o déficit nominal de forma muito mais intensa que qualquer política social de transferência de renda do governo, temos o fato de que a contração da economia provocada pela Selic alta reduz a arrecadação do governo. Por último, a redução da competitividade dos diversos setores, pelo desestímulo ao investimento diante dos juros altos, prejudica nossa posição no mercado internacional e eleva a inflação futura.

Quando o lugar da moradia amplia o perigo climático



» MOHEMA ROLIM
Gerente de Programas da ONG Habitat para a Humanidade Brasil

Diante do aumento de 460% de desastres climáticos no Brasil desde a década de 1990, do estudo "2024 - O Ano Mais Quente da História", realizado pela Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica, percebemos que os efeitos das mudanças climáticas não são um problema do futuro, eles já estão entre nós. Mesmo quem não acredita no aquecimento global decorrente, principalmente, da ação humana, é capaz de perceber as mudanças no regime e na precipitação das chuvas, o aumento dos períodos de calor, o avanço das águas em cidades litorâneas e o aumento do período de estiagem.

Com o efeito das mudanças climáticas em curso é inegável, também, a ameaça à extinção de diversas espécies, seja pelo derretimento das geleiras que causa escassez de alimentos aos Ursos Polares, ou pelo aumento da estiagem que expõe e facilita a caça do Peixe-Boi-da-Amazônia, ou pelo aumento da temperatura para os répteis que não têm a capacidade de autorregular a temperatura corporal. Parece igualmente evidente que todos esses fatores podem causar danos à vida humana. Porém somos a espécie homo sapiens e temos a nosso favor a capacidade de adaptação que possibilita a existência da vida humana, apesar das condições adversas.

Mas, somos todos iguais? Sim, do frágil ponto de vista das capacidades cognitivas avançadas, mas, definitivamente, não estamos todos no mesmo barco, não partimos do mesmo ponto, não temos os mesmos obstáculos, nem o mesmo tempo e, principalmente, não temos as mesmas condições de moradia.

Então, não, não estamos todos com igual acesso à adaptação climática. As pessoas mais ameaçadas, as que vivem em condições de vulnerabilidade social, estão mais profundamente lançadas aos efeitos das mudanças climáticas e dependem, basicamente, da sorte. E aqui falamos de uma combinação de circunstâncias que podem ser fatais, e para essas pessoas é como estar no lugar errado e na hora errada, o tempo todo. São das comunidades e favelas os CPFs que alongam as listas de mortos, feridos e desabrigados, dos que perderam tudo o que tinham. É neste espaço onde o Poder Público investe menos em infraestrutura urbana e estratégias de mitigação - e é também onde o socorro demora mais a chegar.

No Brasil, aproximadamente 4 milhões de pessoas residem, atualmente, em áreas de risco, segundo dados do Ministério da Integração e do Serviço Geológico. Vários estados têm enfrentado chuvas intensas que resultaram em mortes, desabrigo e prejuízos bilionários. As enchentes no Rio Grande do Sul deixaram mais de 200 mortos e milhares de famílias desalojadas. Em janeiro, o secretário nacional de Proteção e Defesa Civil reconheceu a situação de emergência em 10 municípios nordestinos, localizados na Bahia, Ceará, Paraíba e Piauí, por estiagem e seca.

É necessário e urgente que o poder público invista na melhoria da infraestrutura urbana com construção de sistemas de drenagem eficientes para prevenir enchentes, construção de diques, muros de contenção e barreiras naturais em áreas suscetíveis a enchentes e deslizamentos, além da melhoria dos acessos viários. É urgente, ainda, o reforço nas moradias por meio da implementação de programas de reforma para melhorar a estrutura de casas em áreas vulneráveis, assim como a implementação de sistemas de alerta precoce e informação, com investimento em tecnologias para monitoramento em tempo real de condições climáticas e capacitação de comunidades para que estejam informadas dos riscos e consigam agir em emergência. Neste cenário, são igualmente relevantes os investimentos na recuperação ambiental, além da conservação de zonas de amortecimento natural como manguezais e pântanos.

Tudo isso, porém, só é possível com políticas públicas bem desenhadas, legislação eficaz e recursos significativos. As parcerias institucionais entre governos, ONGs, universidades e setor privado também contribuem na criação de soluções de adaptação e financiamento de projetos sociais. Em um cenário onde os riscos climáticos se intensificam, fica evidente que a geografia da insegurança reflete uma desigualdade que vai além da economia e afeta a própria sobrevivência. É preciso repensarmos nossas cidades para garantir que o lugar onde se mora não seja um fator que amplifique o perigo, mas, sim, um espaço de proteção e resiliência e, sobretudo, um direito acessível e protegido para todos.



O futuro incerto da democracia na América



» CAETANO ERNESTO PEREIRA DE ARAÚJO
Doutor em sociologia, consultor legislativo do Senado Federal

LUIZ RENATO VIEIRA
Doutor em sociologia, consultor legislativo do Senado Federal

A vitória recente dos republicanos nas eleições presidenciais americanas, na onda de uma plataforma política belicista em política externa e francamente autoritária em termos de política interna, faz retornar, ao debate público, uma obra clássica das ciências sociais, *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, publicada em 1835, após longa viagem do autor por terras da então jovem república. A obra, entre outras características, descreve com minúcia os mecanismos de freios e contrapesos institucionais que protegem as garantias e direitos individuais, prevenindo a degeneração da democracia em uma situação de simples tirania da maioria.

Tocqueville, impressionado com o sistema democrático americano, observou a importância das salvaguardas que impedem o abuso de poder. Afinal, segundo ele, a tirania da maioria normalmente é mais despótica que a tirania de um indivíduo ou de um grupo minoritário. Nela, as vítimas não têm instância a recorrer, pois todas as instituições obedecem e temem a vontade da maioria. Vamos comentar, neste artigo, alguns aspectos que vinculam a situação americana presente com as análises e previsões do autor.

Em primeiro lugar, cabe constatar que no contexto do governo Trump, observamos a erosão dos mecanismos de proteção das minorias. As

primeiras medidas adotadas pelo governo têm sido criticadas por ameaçarem os direitos fundamentais das minorias, um aspecto que Tocqueville alertou ser crucial para a manutenção de uma democracia saudável. Esse ponto é particularmente evidente no tratamento proposto para os imigrantes ilegais, sujeitos à denúncia em escolas, hospitais e outros espaços públicos, ameaçados de deportação sumária, em condições degradantes, para seus países ou para outros pontos fora da fronteira norte-americana.

É preciso explicitar o fundo racista dessas medidas. O problema não parece ser a ilegalidade da situação do migrante, mas sua origem latina, considerada não branca pelo imaginário do racismo norte-americano. As ondas de deportações e o debate sobre a proposta de acabar com a cidadania pela via do nascimento em território americano, talvez com efeitos retroativos, ocorrem, simultaneamente a declarações do novo presidente, em favor do acolhimento dos brancos sul-africanos, que estariam incomodados com o suposto "racismo" do regime democrático que vigora em seu país.

Em segundo lugar, é necessário refletir sobre a ausência de respostas institucionais a essa torrente de propostas que ofendem as leis e a Constituição do país. O Partido Republicano obteve maioria nas duas Casas do Congresso e conta com a simpatia da maior parte da atual composição da Suprema Corte. Os freios institucionais representados pela separação dos poderes e pelo bicameralismo foram ultrapassados na situação presente de maioria favorável ao presidente em todas as instâncias decisórias relevantes. Infelizmente, no que toca à Suprema Corte, essa situação já prevalece ao longo do governo anterior, durante o qual todas as decisões potencialmente prejudiciais ao trumpismo foram derrubadas ou congeladas. O maior exemplo disso foi a procrastinação em relação a decisões com potencial de condenar o atual presidente e impedir sua candidatura e campanha em 2024.

A ausência de respostas institucionais eficazes diante dessas ações parece indicar uma decadência nas instituições que antes garantiam o equilíbrio entre maioria e minorias. A democracia, como Tocqueville enfatiza, deve ser o governo da maioria, mas sempre com respeito aos direitos inalienáveis das minorias.

Finalmente, em terceiro lugar, a obra de Tocqueville nos fornece elementos para refletir a respeito das razões profundas, culturais e valorativas, que propiciam a decadência das instituições democráticas. Em poucas palavras, para ele a democracia repousa, em última instância, numa cultura de responsabilidade cívica disseminada entre os cidadãos. Essa cultura é produzida constantemente por determinadas instituições que levam o cidadão a situações nas quais ele deve tomar decisões relevantes e responder por elas. No caso americano essas instituições são, entre outras, o tribunal do júri, a prevalência da cultura do associativismo e, principalmente, a participação direta no governo local. A probabilidade de um americano adulto do sexo masculino de ser eleito para um cargo local quatro ou cinco vezes ao longo da vida era alta, com a inevitável consequência de o eleito ser obrigado, um ano depois, a prestar contas de seus atos na assembleia da comunidade e, até mesmo, na Justiça.

Uma situação de falência ou recuo progressivo dessas instituições extinguiria o senso de responsabilidade cívica dos cidadãos e deixaria todos livres para se concentrar na busca de seus interesses particulares, na procura do enriquecimento pessoal, objetivo universal, segundo o autor, nas sociedades igualitárias.

Portanto, é imprescindível que Trump e sua equipe releiam Tocqueville, para entender que a verdadeira força de uma democracia reside na proteção equitativa de todos os seus cidadãos. E é necessário que todos os democratas o leiam, para definir com acuidade, os caminhos da recuperação do regime democrático.